



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009588-10.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Ana Maria Ferreira**
 Requerido: **Ariovaldo dos Santos**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Humberto Isaias Gonçalves Rios**

Vistos.

ANA MARIA FERREIRA ajuizou a presente ação de restituição de quantia paga c/c reparação de danos materiais e morais contra **ARIOVALDO DOS SANTOS**, aduzindo, em síntese, que contratou o réu para realização de obras em seu banheiro; ocorre que o réu utilizou madeira que possuía em sua e não comprou madeira nova, como alegara inicialmente; por isso, entende ter direito à restituição do valor faltante para a compra de madeira, no valor de R\$46,00 e do custo da troca do registro de seu banheiro, que foi trocado sem necessidade. Em razão desses fatos, requer a procedência da ação para que o réu seja condenado a pagar a importância de R\$304,50, a título de danos materiais e R\$1.874,00 a título de danos morais.

Foram concedidos os benefícios da assistência judiciária (fls. 17)

Citado, o requerido apresentou contestação (fls. 41/48), alegando em síntese, que os serviços foram executados corretamente, bem como não há dano moral a ser indenizado. Pediu a improcedência da ação.

Não houve réplica (fls. 77).

O feito foi saneador, sendo determinada a produção de prova pericial (fls. 82/83).

Laudo pericial juntado a fls. 108/114, sobre o qual apenas a autora se manifestou (fls. 118).

É o relatório.

Fundamento e Decido.

A ação é parcialmente procedente.

Com efeito, está incontroverso nos autos que o réu foi contratado pela autora para serviços de mão de obra.

O perito judicial concluiu que “o valor de R\$200,00 da mão de obra para


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

troca de registro foi executado” e que “01 registro poderia ser reaproveitado e o valor de R\$58,50 não tinha necessidade” (fls. 114).

Ressalte-se que o requerido não se manifestou sobre o laudo pericial, de forma que se presume a sua concordância com o mesmo. Sendo assim, deve restituir à autora a importância de R\$58,50, correspondente ao registro que foi trocado sem necessidade.

Com relação ao valor da diferença da madeira (R\$46,00) também deve ser acolhido o pedido inicial, uma vez que o réu não comprovou o fato modificativo do direito da autora, qual seja, de que teria negociado com a mesma o valor da madeira que ele possuía em sua residência, pelo valor de mercado de R\$96,00. Como o réu não comprovou esse fato, deve-se admitir como verdadeira a alegação da autora, no sentido de que o réu lhe disse que precisaria de R\$96,00 para comprar a madeira, mas utilizou a que possuía em casa.

Por fim, considerando que não houve comprovada repercussão para a saúde psicológica da autora, não há que se falar em dano moral indenizável. A reparação do dano moral deve ser reservada apenas às hipóteses de efetiva violação aos direitos de outrem, aos justos melindres do brio, da dignidade ou decoro pessoal, desde que caracterizado o dano concreto, aferível por critério de razoabilidade objetiva avaliada pela lógica ordinária das coisas, e não às hipóteses de cunho subjetivista, como a aqui discutida. Não é qualquer suscetibilidade ou melindre que pode ensejar indenização por dano moral, sob pena de desvirtuar o instituto, criando fonte de enriquecimento injusto. Nesse sentido o julgado:

“Só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo causando-lhe aflição, angústia e desequilíbrio em seu bem estar, não bastando mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada” (TJRJ 2ª Câ. Civil – Apel. Cível n.º 8.218 – J. 13/02/96, rel. Dês. Sérgio Cavallieri Filho).

É o bastante à rejeição do pedido com relação aos danos morais, especialmente considerando que, além das alegações genéricas da inicial, não há qualquer comprovação nos autos do alegado transtorno moral supostamente sofrido.

Ante o exposto, julgo a ação **PARCIALMENTE PROCEDENTE** para condenar o réu a pagar à autora a importância de R\$104,50 (cento e quatro reais e cinquenta centavos), com atualização monetária desde as datas dos desembolsos e juros de mora legais, desde a citação.

Tendo a autora decaído da maior parte do pedido, condeno a mesma ao pagamento das custas e despesas processuais, assim como com os honorários advocatícios da parte



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

contrária, os quais fixo, por equidade, em R\$600,00 (seiscentos reais), observado o benefício da assistência judiciária gratuita.

Em razão de convênio, fixo os honorários da procuradora da autora (fls. 09) no valor máximo previsto na tabela para este tipo de causa, expedindo-se, oportunamente, certidão.

P.I.C.

Araraquara, 11 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**